

Governo deve R\$ 140 milhões a armadores

<http://www.monitormercantil.com.br/mostranoticia.php?id=88574>

Os armadores brasileiros estão apresentando uma conta salgada em Brasília, de R\$ 140 milhões. É que por lei - a 9.432/97 - a União deve ressarcir as companhias de navegação pelo não recolhimento de adicional de fretes nas operações no Norte/Nordeste. E o atraso comprova que é cada vez é mais difícil para as empresas receber os valores a que têm direito. Segundo se informa, este ano nenhum pagamento teria sido feito. Os armadores têm tentado estabelecer o mecanismo da compensação, de modo que, se devessem R\$ 10 milhões e tivessem R\$ 11 milhões a receber, poderiam apagar a dívida e se credenciar a receber o restante quando possível.

No entanto, o que se verifica é situação esdrúxula: no caso citado, o armador tem de pagar o que deve ao governo, ao BNDES ou ao Fundo de Marinha Mercante, sob pena de penhora ou de perda de direitos de forma imediata - com inscrição até no cadastro de inadimplentes, o que impede obtenção de novos empréstimos. E não tem a quem recorrer para exigir o pagamento federal. A cobrança é feita junto ao Ministério dos Transportes, mas este alega que precisa do repasse da equipe econômica e, entre as prioridades federais, a quitação de dívidas junto a empresários não goza de qualquer prioridade.

O problema é sempre adiado. Toda vez que assume um novo ministro dos Transportes, em geral informa desconhecer o problema e, nos primeiros meses, garante que vai resolver a questão. Em pouco tempo, passa a deixar o tema de lado, por não querer se defrontar com a equipe econômica e ser prejudicado em outros repasses de mais interesse para a área de transportes.

Mais dinheiro

Informa-se que a alemã MAN elevou para US\$ 750 milhões os investimentos previstos para sua fábrica de caminhões e ônibus no Estado do Rio, a ex-Volkswagen. Especula o Relatório Reservado que, se a MAN se fundir com a Scania, alcançará 38% do mercado de ônibus e caminhões, deixando para trás a atual líder, a Mercedes Benz, com fatia de 28%.

A propósito, nunca é demais lembrar observação, durante seminário do MONITOR MERCANTIL, feita pelo diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa: o governo fluminense tem de viabilizar a instalação de fábricas para processar plásticos do futuro Comperj. Segundo o executivo estatal, nas fábricas da MAN e da Peugeot, quase todo o material plástico vem de São Paulo, o que parcialmente anula o benefício de estarem as montadoras no Rio.

Perguntas elétricas

Perguntar não ofende. Por isso, o **Instituto Acende Brasil** prestará um serviço público ao fazer um debate, na próxima terça-feira, no Rio. O presidente **Claudio Sales** questionará alguns pontos, como o baixo estoque de água nos reservatórios, o aumento do custo da energia para o bolso do consumidor. Serão salientados erros e acertos da política oficial para o setor.

A propósito, não são esperadas grandes mudanças de dirigentes nesse setor. O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) foi posto no cargo por Dilma, quando ministra de Minas e Energia. Ela não fez alterações quando foi para a Casa Civil e tampouco deverá dar uma guinada, em janeiro.

O presidente da Eletrobrás, José Antonio Muniz Lopes, é da cota do "coronel" José Sarney e só deixará a cadeira se for para ceder o lugar para outro personagem da área de influência do poderoso chefe do Senado.